



DESVENDANDO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DO PAPEL DO IPCC NA SOCIEDADE DE RISCO

LUCAS ZOCA DA CÔL; DÉBORA DE OLIVEIRA STRINDER

RESUMO

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) desempenha um papel crucial na avaliação e comunicação das mudanças climáticas, conforme alertado em seu último relatório, que destaca o aumento acelerado das mudanças climáticas e seus impactos percebidos. Este estudo preenche lacunas na literatura ao abordar o processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC, especialmente a falta de uma abordagem interdisciplinar. A pesquisa utiliza a teoria da "sociedade de risco" de Beck para entender os desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas. A metodologia adotada integra sociologia, ciência política e estudos ambientais, destacando a necessidade de uma análise sistêmica para compreender o funcionamento do processo de elaboração e endosso dos relatórios. A revisão bibliográfica abrange fontes acadêmicas confiáveis, e a análise dos dados considera as interações sociais, culturais e emocionais no sistema. Os resultados destacam a importância da abordagem multidisciplinar nos relatórios do IPCC, garantindo sua precisão e credibilidade. O processo de endosso pelos governos é detalhado, envolvendo diferentes níveis de "aprovação", "adoção" e "aceitação". As leis ambientais no Brasil são mencionadas como parte do compromisso com a sustentabilidade. A conclusão destaca que os relatórios do IPCC não são apenas produtos científicos, mas documentos políticos e sociais que moldam a percepção e resposta da sociedade aos riscos ambientais. A teoria da "sociedade de risco" ressalta a necessidade de considerar não apenas aspectos científicos, mas também implicações políticas, econômicas e sociais das mudanças climáticas. O estudo enfatiza a colaboração contínua entre cientistas, governos e sociedade civil para enfrentar eficazmente esses desafios em uma "sociedade de risco".

Palavras-chave: Avaliação Climática; Processo de Endosso; Sociedade e Mudanças Climáticas; Políticas Ambientais; Colaboração Interdisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) desempenha um papel crucial na avaliação e comunicação das mudanças climáticas (IPCC, 2013). O mais recente relatório do IPCC alerta que as mudanças climáticas estão ocorrendo a um ritmo mais rápido do que se previa, com impactos já perceptíveis. Essas constatações não surpreendem a comunidade científica, que há anos publica pesquisas nessa direção (Walther et al., 2005). Este estudo visa preencher diversas lacunas na literatura relacionadas ao processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC (IPCC, 2013). Tais lacunas incluem a falta de uma abordagem interdisciplinar que considere as interações entre ciência climática, política e sociedade. Além disso, a influência das questões políticas e sociais no processo decisório sobre as mudanças climáticas, bem como a análise aprofundada do processo de endosso pelos governos, incluindo seus diferentes níveis, carecem de investigação. A relação entre avaliação científica e

percepção de risco, conforme sugerida pela teoria da "sociedade de risco" de Beck, é uma área pouco explorada.

Este estudo tem como objetivo principal compreender os desafios das mudanças climáticas, analisando o processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC. Utilizando a perspectiva da teoria da "sociedade de risco" de Beck (1997), buscamos iluminar os desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas por meio de uma abordagem interdisciplinar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Aborda, de forma interdisciplinar, a integração da sociologia, ciência política e estudos ambientais para analisar o processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC à luz da teoria de "sociedade de risco" de Beck (1997).

A metodologia adotada realiza uma abordagem interdisciplinar que integra sociologia, ciência política e estudos ambientais para analisar o processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC à luz da teoria de "sociedade de risco" de Beck. Inspirada na teoria da "sociedade de risco" de Beck (1997), a pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem interdisciplinar, contemplando as seguintes etapas:

Revisão Bibliográfica:

Realizar uma revisão abrangente da literatura disponível em bancos de dados acadêmicos, como CAPES "WEB SCIENCE", Google Acadêmico, OA.mg, Plataforma virtual da Câmara dos Deputados, Senado Federal e da Universidade Federal de Santa Maria-RS, assim como outras fontes confiáveis de literatura científica. A revisão buscará informações sobre o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e compreensão da teoria da sociedade de risco de Beck.

Análise dos Dados:

Realizar uma análise sistêmica que busca compreender o funcionamento de um sistema como um todo integrado, em vez de apenas olhar para suas partes isoladamente. Considerando as múltiplas interações e relações entre os elementos do sistema, bem como os aspectos sociais, culturais e emocionais que os influenciam.

Interpretação dos Resultados:

Interpretar e discutir os resultados à luz da teoria da sociedade de risco de Beck. Identificar tendências, desafios e oportunidades relacionados ao papel crucial na avaliação e comunicação das mudanças climáticas.

Recomendações e Conclusões:

Com base nas conclusões da pesquisa, ao integrar a teoria de Beck em uma metodologia interdisciplinar, este estudo busca oferecer insights significativos sobre o IPCC e pode desempenhar um papel crucial no enfrentamento dos desafios ambientais. Promovendo, ao mesmo tempo, uma visão mais holística e participativa na visão crítica do leitor

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo de elaboração:

Os relatórios do IPCC são o resultado de um rigoroso processo de elaboração e revisão, desenvolvidos através de várias rodadas de revisão por cientistas e especialistas no campo das mudanças climáticas (Jacobi, 2014). Essa abordagem multidisciplinar é crucial para garantir a precisão e a credibilidade das informações contidas nos relatórios.

Endosso pelos Governos:

A culminância desse processo é o endosso pelos governos membros do IPCC. Esse processo de endosso é baseado em um diálogo entre aqueles que irão usar o relatório - ou seja, os governos - e aqueles que o produziram - os cientistas. O endosso pelos governos reconhece que o relatório é uma avaliação definitiva que segue os procedimentos definidos pelo IPCC, conferindo autoridade ao documento.

Níveis de Endosso:

O IPCC possui diferentes níveis de endosso, que incluem "aprovação", "adoção" e "aceitação". A "aprovação" é usada para os Sumários para Formuladores de Políticas do IPCC, envolvendo uma discussão detalhada, linha por linha, entre os países membros do IPCC e os cientistas envolvidos na elaboração do relatório (Jacobi, 2014). A "adoção" é usada para Relatórios de Síntese do IPCC e envolve discussão seção por seção entre os governos e autores, garantindo uma integração eficaz do material dos relatórios subjacentes. A "aceitação" é aplicada aos relatórios completos após a aprovação de seus Sumários para Formuladores de Políticas. A aceitação indica que os capítulos do relatório fornecem uma visão abrangente, objetiva e equilibrada do assunto.

Leis Ambientais no Brasil:

As leis ambientais no Brasil desempenham um papel crucial na preservação do meio ambiente e na definição de diretrizes para o desenvolvimento sustentável. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) estabelece princípios, como o licenciamento ambiental e a responsabilização dos poluidores. A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) define infrações e penalidades para danos ambientais em diversas áreas. A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000) regula a criação e gestão de áreas protegidas, visando à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) estabelece normas para a proteção da vegetação nativa, incluindo áreas de preservação permanente e reservas legais, e institui o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Por outro lado, a Lei de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) aborda a gestão integrada desses resíduos, promovendo a responsabilidade compartilhada entre o poder público, geradores e consumidores, e inclui instrumentos como planos de resíduos, logística reversa e outras práticas para minimizar impactos ambientais e sociais. Essas leis refletem o compromisso do Brasil com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

Revisão pelo Painel:

Relatórios de Avaliação e Relatórios Especiais são aprovados e aceitos pelo Grupo de Trabalho responsável, com os representantes do governo do Painel participando de uma Sessão Plenária do Grupo de Trabalho. No entanto, a aprovação por um Grupo de Trabalho não permite que o Painel faça alterações substanciais. Portanto, o Painel realiza uma revisão formal e aceitação do relatório após observar quaisquer desacordos significativos (Klein, 2014).

Análise Crítica:

O processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC é altamente interdisciplinar e colaborativo. Envolve cientistas, especialistas e governos, garantindo que as avaliações sejam baseadas em evidências sólidas e amplamente aceitas (Leite, 2015). No entanto, é importante observar que o envolvimento de governos também pode introduzir considerações políticas, o que pode afetar a linguagem e as conclusões dos relatórios.

Discussões:

A aplicação da teoria da "sociedade de risco" à análise do processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC revela a necessidade premente de considerar não apenas os aspectos científicos, mas também as implicações políticas, econômicas e sociais das mudanças climáticas. A identificação da influência humana na mudança do clima, como destacada pelo Grupo de Trabalho 1 (GT1) no Terceiro Relatório de Avaliação (TAR) do IPCC (IPCC, 2001 a-c), permanece central nesse contexto.

4 CONCLUSÃO

A análise interdisciplinar do processo de elaboração e endosso dos relatórios do IPCC, à luz da teoria da "sociedade de risco" de Beck (1997), salienta que as mudanças climáticas representam um desafio multifacetado e de grande alcance. Os relatórios do IPCC não são meros produtos científicos; eles são documentos políticos e sociais que moldam a maneira como a sociedade percebe e responde aos riscos ambientais.

Essa abordagem destaca a importância de manter uma colaboração contínua entre cientistas, governos e sociedade civil para lidar eficazmente com as mudanças climáticas, enfatizando a necessidade de políticas e ações que considerem não apenas os aspectos científicos, mas também as implicações políticas, econômicas e sociais das mudanças climáticas em uma "sociedade de risco".

REFERÊNCIAS

Beck, U. (1997). *Sociedade de Risco*. São Paulo: Editora 34.

Brasil. (1981). Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-norma-pl.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20do%20Meio%20Ambiente%2C,de%20formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%95es>.

Brasil. (1998). Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm

Brasil. (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708->

normaatualizada-pl.pdf

Brasil. (2012). Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal#:~:text=A%20Lei%2012.651%2C%20de%2025%20de%20maio%20de,e%20financieiros%20para%20o%20alcance%20de%20seus%20objetivos>.

Brasil. (2010). Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12305-2-agosto-2010-607598-norma-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.305%2C%20DE%202%20DE%20AGOSTO%20DE,de%20fevereiro%20de%201998%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias>.

Jacobi, P. R. (2014). Mudanças Climáticas e Ensino Superior: A Combinação Entre Pesquisa e Educação. Educar Em Revista. Disponível em: http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf

Leite, J. C. (2015). Controvérsias Na Climatologia: O IPCC e o Aquecimento Global Antropogênico. Scientiae Studia, set. 2015. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-31662015000300008>

Walther, G. R., Berger, S., & Sykes, M. T. (2005). An ecological “footprint” of climate change. Proceedings of the Royal Society of London B, 272(1571), 1427-1432.

IPCC. (2013). Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Fifth Assessment Report. Disponível em: [\[http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf\]](http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf).

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). (2021). Sumário com as bases científicas do AR6 - 6º Relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (Parte 1).